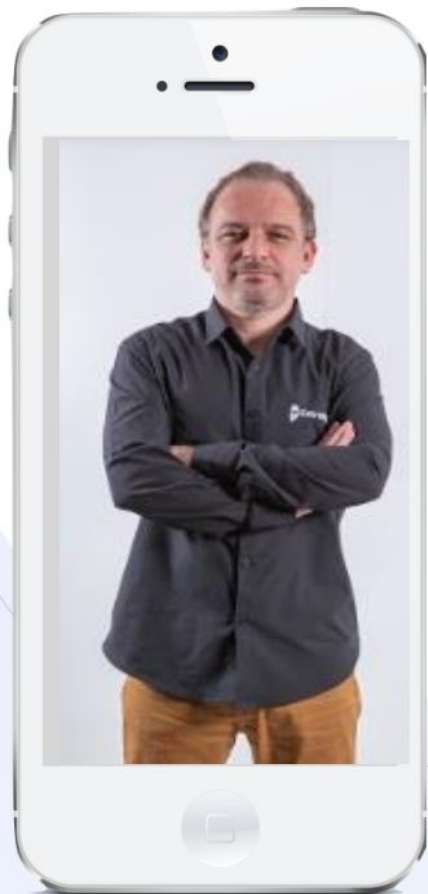




Estratégia
Concursos

Leandro Signori



Telegram

<https://t.me/profleandrosignori>



@profleandrosignori



Leandro Signori



Estratégia
Concursos



RETROSPECTIVA DE ATUALIDADES

ABRIL DE 2023

Prof. Leandro Signori



FATOS NACIONAIS

Prof. Leandro Signori

Arcabouço o quê? Entenda em 5 passos e veja a íntegra do plano do governo Lula para equilibrar suas contas



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) apresentou nesta terça-feira (18) a íntegra de sua proposta para equilibrar as contas públicas e evitar que dívida pública cresça de forma prejudicial ao país.

A proposta, também chamada de **arcabouço fiscal** (**arcabouço significa esqueleto, ou seja, as regras que darão sustentação ao equilíbrio das contas**), deverá agora ser apresentada ao Congresso.

O que é e para que serve um arcabouço fiscal?

O **arcabouço fiscal** fixa regras, parâmetros e mecanismos para equilibrar as contas públicas, de forma que o governo não gaste mais do que suas receitas e acabe aumentando a dívida pública de forma descontrolada. Ter regras dá previsibilidade e segurança aos credores, permitindo que os juros cobrados caiam.

O arcabouço é necessário porque **investidores e credores levam em conta a trajetória da dívida pública de um país para tomarem decisões.** Se o tamanho dessa dívida se mostra crescente em relação ao PIB e não há sinais de que a alta possa ser controlada, credores podem ver risco maior de calote e passar a cobrar mais caro para emprestar dinheiro.

Com juros mais altos, financiamentos ficam menos atrativos, o crédito para o setor privado encarece, investidores ficam menos motivados a colocar dinheiro em empresas e projetos no país. A moeda também tende a se desvalorizar, o que aumenta o risco de inflação extra. Este cenário prejudica o crescimento econômico e, conseqüentemente, a oferta de trabalho.

Entenda em 5 pontos

REGRA 1. DESPESAS TERÃO CRESCIMENTO LIMITADO

O arcabouço estabelece que as despesas precisam crescer num ritmo menor que a arrecadação. A porcentagem proposta é de 70%. Por exemplo, se arrecadação crescer 1% em termos reais (ou seja, já descontada a inflação), as despesas federais só podem crescer 0,7% (também em termos reais).

Para fazer a conta de quanto poderá gastar no ano seguinte, o governo usará as receitas primárias líquidas nos 12 meses até junho do ano anterior (exceto receitas extraordinárias, especificamente concessões, dividendos, royalties e transferências constitucionais a estados e municípios).

REGRA 2. CRESCIMENTO DAS DESPESAS TERÁ TETO E PISO

O crescimento real (descontada a inflação) das despesas, de acordo com a proposta do governo, não poderá ser menor que 0,6% nem maior que 2,5%.

Por exemplo, se as receitas subirem 4%, ao aplicar a regra 1 o aumento permitido para as despesas seria de 2,8% (70% de 4%), mas a regra 2 barra essa elevação pelo teto de 2,5%. Isso impõe um limite às despesas em tempos de bonança e aumenta a possibilidade de reduzir a dívida pública, já que sobram mais recursos.

Por outro lado, também num exemplo, se as receitas não subirem nada nos 12 meses de referência, a regra 1 deixa de valer e será permitido um crescimento dos gastos de 0,6%. Isso permite que as despesas não sejam estranguladas em anos de crise.

REGRA 3. DESPESAS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E EMENDAS SÃO EXCEÇÃO

A regra 1 não vale para os gastos com saúde e educação, já que essas despesas têm regras para o mínimo já estabelecidas pela Constituição. Nessas áreas, as despesas poderão crescer no mesmo ritmo das receitas. O mesmo vale para emendas parlamentares.

REGRA 4. SE ECONOMIA NÃO FOR SUFICIENTE, APERTO NAS DESPESAS SERÁ MAIOR

O governo estabelece como compromisso a busca por zerar o déficit fiscal atual (as contas ficam no vermelho quando gastos superam receitas) e gerar superávits (sobra de receitas, já que elas superam os gastos) crescentes nos anos seguintes.

Esse compromisso propõe uma margem (banda) para cima e para baixo no resultado anual das contas públicas. Por exemplo, para 2025, o governo se compromete a obter um superávit de 0,5% do PIB, variando de 0,25% a 0,75% (as bandas são de 0,25 pontos percentuais para menos e para mais).

Se a economia obtida ficar abaixo da banda inferior, a regra 1 será mais apertada: em vez de as despesas poderem crescer 70% da alta das receitas, só podem aumentar 50%.

REGRA 5. INVESTIMENTOS TERÃO PISO E PODEM CRESCER SE ECONOMIA FOR MAIOR QUE A PREVISTA

A proposta cria um piso de investimentos, de cerca de R\$ 75 bilhões em valores de hoje, corrigidos pela inflação de cada ano. Se a economia de recursos públicos ficar acima da banda proposta (entenda o que é essa banda na regra 4), o governo pode usar essa sobra de recursos para direcionar recursos para investimentos em obras (considerando um bônus máximo de R\$ 25 bilhões).

Isso aconteceria, por exemplo, se o governo obtivesse em 2024 um superávit de 3% do PIB, enquanto seu compromisso para o próximo ano é de zerar o déficit. Como 3% está acima da banda superior, de 2,5%, ele tem licença para investir o excedente.

Governo recua e mantém isenção de até US\$ 50 para compras no exterior



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou, nesta terça-feira (18), que **o governo federal voltou atrás e vai manter a isenção de impostos em encomendas internacionais de até US\$ 50 entre pessoas físicas**. A intenção de taxar essa transação havia sido anunciada pela Receita Federal na última terça-feira (11) e foi alvo de muitas críticas.

Desde os anos 1990, a isenção do imposto para encomendas de até US\$ 50 é concedida para remessas entre duas pessoas físicas. O governo pretendia acabar com esse benefício sob argumento de que diversos sites aproveitam a brecha para evitar o pagamento de imposto.

Com o recuo, Haddad destacou que atende a um pedido do presidente Lula para uma solução administrativa e reforço na fiscalização.

O governo federal projetava arrecadar R\$ 8 bilhões por ano com a fiscalização e o fim da isenção sobre importações de até US\$ 50 entre pessoas físicas. Haddad explicou que a estimativa será revista por um grupo de trabalho.

O ministro da Fazenda também destacou que tem recebido apoio de grandes portais e varejistas brasileiros para impedir a concorrência desleal.

Vale lembrar que, atualmente, compras feitas por uma pessoa física em lojas estrangeiras recebem uma taxa de 60% do valor da compra, incluindo o preço do produto e de eventuais taxas de frete e de seguro.

Ricardo Cappelli será ministro interino do GSI



O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, será o chefe interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). A informação foi divulgada pelo ministro da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, no Twitter.

Mais cedo, o general Gonçalves Dias pediu afastamento do cargo de ministro do GSI. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva já aceitou o pedido de demissão.

O ministro deixou o cargo no mesmo dia em que vídeos que estavam sob sigilo por fazerem parte de inquérito policial foram divulgados pela CNN. As imagens mostram o general e outros funcionários da pasta dentro do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro, quando vândalos invadiram as sedes dos Três Poderes.

Em nota, o GSI esclareceu que as imagens mostram a atuação dos agentes de segurança para evacuar o quarto e o terceiro pisos do Palácio do Planalto, concentrando os manifestantes no segundo andar, onde, após a chegada de reforços do pelotão de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, os golpistas foram presos.

Perfil

Ricardo Cappelli é formado em jornalismo, com pós-graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi secretário de Comunicação do Maranhão no governo Flávio Dino e secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social no governo de Dilma Rousseff.

Nomeado secretário-executivo do Ministério da Justiça, Cappelli assumiu a intervenção na segurança pública do Distrito Federal logo após os atos golpistas de 8 de janeiro.

Criada a CPI mista para investigar o ataque às sedes dos três Poderes em 8 de janeiro

O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco, criou nesta quarta-feira (26) a **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro**. A criação se deu com a leitura, no Plenário do Congresso, do requerimento apresentado pelo deputado André Fernandes (PL-CE), que obteve número regimental de assinaturas (1/3 dos membros de cada Casa). Os próximos passos são a publicação do ato de criação e a indicação dos integrantes pelos líderes partidários.

Pacheco informou que ainda não definiu o prazo para indicação dos integrantes ou marcou a instalação do colegiado porque a Mesa do Congresso precisa definir quantos integrantes cada partido terá direito na nova comissão.

De acordo com o requerimento, a comissão será constituída por 16 senadores e 16 deputados, com igual número de suplentes, sendo um deles representante da Minoria em cada Casa. O grupo terá prazo de 180 dias.

Definidos os integrantes, Pacheco deverá convocar a reunião de instalação da CPMI, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente e definido o relator do colegiado. A eleição é secreta e o presidente escolhe o relator, cujo partido será definido pela proporcionalidade partidária.

As comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação semelhantes às autoridades judiciais. Podem convocar autoridades, requisitar documentos e quebrar sigilos pelo voto da maioria dos integrantes.

Lula e Xi Jinping assinam 15 acordos comerciais entre Brasil e China



Após a cerimônia de boas-vindas na frente do Grande Palácio do Povo e a reunião fechada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Xi Jinping, **Brasil e China assinaram 15 acordos comerciais, fora os acertos entre empresas brasileiras e chinesas.** Entre os acordos estão temas como agricultura, mídia, ciência, inovação, tecnologia e facilitação do comércio entre os dois países.

Maior fornecedor de carne bovina para China, o Brasil assinou protocolo que deve ser seguidos pelos frigoríficos brasileiros para exportação. Há acordos também envolvendo coprodução para televisão e cooperação entre agências de notícias públicas dos dois países.

Os governos também assinaram um plano de cooperação espacial até 2032 entre os dois países, e o lançamento sétimo satélite na parceria entre Brasil e China: o CBERS-6.

Lula e a primeira-dama Janja Lula da Silva chegaram nesta sexta-feira ao Grande Palácio do Povo em Pequim para receberem as boas-vindas de Xi Jinping e sua esposa Peng Lyuan e passaram em revista às tropas.

A recepção aconteceu a céu aberto, na praça em frente ao palácio, ao lado da Praça da Paz Celestial no período da tarde desta sexta na China, ainda no período da madrugada no Brasil, e teve a banda do exército chinês tocando o Hino Nacional do Brasil e até a música "Novo Tempo", famosa na voz do cantor Ivan Lins nos anos 1980. A cerimônia durou cerca de 15 minutos.

No final da tarde de sexta-feira, haverá uma cerimônia de troca de presentes entre os dois presidentes, registro de fotos e, por fim, um jantar oficial, oferecido pelo governo da China. Lula promete falar com a imprensa logo após este jantar na Embaixada do Brasil em Pequim.

A delegação brasileira, que chegou em Xangai na noite da quarta-feira, 12, é a primeira a visitar a China após a escolha da nova composição dos principais cargos do governo chinês, ocorrida nas sessões gêmeas da Assembleia Nacional Popular e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, no começo de março.

Veja os acordos assinados entre Brasil e China

- ☐ Memorando de entendimento sobre o grupo de trabalho de facilitação de comércio entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China;

- ❑ Protocolo complementar sobre o desenvolvimento conjunto do CBERS-6 entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China ao 'acordo-quadro sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China;
- ❑ Memorando de entendimento sobre cooperação em pesquisa e inovação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Popular da China;

- ❑ Memorando de entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da República Popular da China sobre cooperação em tecnologias da informação e comunicação;
- ❑ Memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China para a promoção do investimento e cooperação industrial;

- ❑ Memorando de entendimento sobre o fortalecimento da cooperação em investimentos na economia digital entre o Ministério do Comércio da República Popular da China e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços da República Federativa do Brasil;
- ❑ Memorando de entendimento ("MDE") entre o Ministério da Fazenda do Brasil e o Ministério das Finanças da China;
- ❑ Memorando de entendimento sobre cooperação em informação e comunicações entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da República Popular da China;

- ❑ Acordo de coprodução televisiva entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China;
- ❑ Memorando de entendimento entre Grupo de Mídia da China e Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Federativa do Brasil;
- ❑ Acordo de cooperação entre Agência de Notícias Xinhua e Empresa Brasil de Comunicação;
- ❑ Memorando de entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República Popular da China na cooperação para o desenvolvimento social e rural e combate à fome e à pobreza;

- ❑ Plano de cooperação espacial 2023-2032 entre a Administração Espacial Nacional da China e a Agência Espacial Brasileira;
- ❑ Plano de trabalho Brasil-China de cooperação na certificação eletrônica para produtos de origem animal;
- ❑ Protocolo entre o Ministério da Agricultura e Pecuária da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Aduanas da República Popular da China sobre requisitos sanitários e de quarentena para proteína processada de animais terrestres a ser exportada do Brasil para a China.

Encontro com presidente da Assembleia Popular Nacional da China

Mais cedo, Lula se encontrou com o presidente da Assembleia Popular Nacional da China, o legislativo do país asiático, Zhao Leji, e defendeu a ampliação do fluxo de comércio entre os países, um maior equilíbrio da geopolítica mundial e a elevação do patamar da parceria entre Brasil e China.

"Queremos elevar o patamar da parceria estratégica entre nossos países, ampliar fluxos de comércio e, **junto com a China, equilibrar a geopolítica mundial**", afirmou Lula.

Lula já havia ressaltado que **o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a China como economia de mercado, há 50 anos.**

O país asiático, disse Lula, foi “parceiro essencial” para a criação dos **Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.**

“É importante dizer que a China tem sido uma parceira preferencial do Brasil nas suas relações comerciais. **É com a China que a gente mantém o mais importante fluxo de comércio exterior**”, afirmou Lula, segundo comunicado do governo brasileiro. **“É com a China que nós temos a nossa maior balança comercial e é junto com a China que nós temos tentado equilibrar a geopolítica mundial”**, ressaltou o presidente do Brasil.

Na reunião, Lula e o presidente da Assembleia Nacional ressaltaram a intenção de ampliar investimentos e reforçar a cooperação em setores como educacional e espacial.

Reunião com o presidente da empresa de energia elétrica State Grid

No seu primeiro compromisso do dia, Lula se reuniu em Pequim com o presidente da empresa de energia elétrica State Grid, Zhang Zhigang. Lula reforçou a importância dos investimentos chineses no Brasil, e a expectativa é de que a companhia participe de leilões previstos para este ano no País.

O Brasil deve realizar leilões de transmissão que podem somar R\$ 50 bilhões em 2023. O primeiro deles deve ser em junho, e a chinesa pode ser uma das interessadas.

A State Grid controla a CPFL no Brasil, além de 19 concessionárias e linhas de transmissão em 14 Estados. Na China, a State Grid está presente em 88% do território do país e presta serviços para mais de 1 bilhão de pessoas.

Na reunião com Zhang, Lula ressaltou ainda o foco do governo brasileiro em investimentos em energias renováveis e na ampliação da rede de transmissão, integrando projetos de geração eólica e solar com a rede convencional.

“Nós não queremos ser vendedores de empresas. Nós queremos construir, com parcerias, as coisas que precisam ser feitas no Brasil”, afirmou Lula ao executivo chinês, segundo um comunicado oficial. O encontro também contou com ministros e governadores que integram a comitiva brasileira.

Biden anuncia pedido de US\$ 500 milhões para Fundo Amazônia ao Congresso dos EUA



O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou nesta quinta-feira (20) oficialmente que pedirá a seu Congresso US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,5 bilhões) para o Fundo Amazônia, o programa do governo brasileiro que financia ações de combate ao desmatamento na Floresta Amazônica com verba de governos estrangeiros.

O valor é dez vezes mais que o inicialmente planejado por Washington em fevereiro, quando os Estados Unidos anunciaram intenção de aderir ao fundo brasileiro, que financia ações de combate ao desmatamento. O governo brasileiro, segundo o blog da Julia Duailibi, se desapontou com a quantia.

"Eu vou pedir verbas para contribuir com US\$ 500 milhões para o Fundo Amazônia e todas as outras atividades relacionadas ao clima nos próximos cinco anos para ajudar o Brasil a renovar seus esforços para acabar com o desmatamento até 2030", declarou Biden durante um fórum virtual sobre clima e energia realizado pelos Estados Unidos com líderes de 26 países que são os maiores emissores de gases do efeito estufa.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do encontro.

Mais cedo, a Casa Branca já havia informado, em um documento, a intenção de Biden de pedir o valor mais alto ao Congresso, horas depois de o Conselheiro de Segurança de Biden, Jake Sullivan, e o assessor do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para Assuntos Internacionais, o ex-chanceler Celso Amorim, falarem ao telefone.

O valor anunciado é dez vezes mais que o inicialmente planejado por Washington em fevereiro, quando os Estados Unidos anunciaram intenção de aderir ao Fundo Amazônia, durante encontro entre Lula e Biden.

Na reunião, ele pediu para que as "divisões geopolíticas" não atrapalhem o trabalho dos países de combate ao aquecimento global. A fala de Biden vem em uma **semana de conflitos diplomáticos entre Brasília e Washington por conta de falas de Lula durante visita à China na semana passada.**

Lula criticou os Estados Unidos e disse que o país e a Europa são responsáveis por prolongar a guerra na Ucrânia.

No telefonema entre Jake Sullivan e Celso Amorim, o conselheiro norte-americano expressou preocupação dos Estados Unidos com a fala de Lula, segundo fontes da Casa Branca.

"As divisões geopolíticas não devem torpedear a luta climática mundial (para diminuir a temperatura) em 1,5 grau. Propus ao G20 um Pacto de Solidariedade Climática , no qual os grandes emissores fazem esforços extras para reduzir as emissões e os países mais ricos apoiam as economias emergentes para conseguir isso", disse Biden na reunião virtual.

Em 2020, durante a campanha presidencial que o levou à Casa Branca, Joe Biden prometeu liderar uma iniciativa para arrecadar US\$ 20 bilhões (cerca de R\$ 101 bilhões) para ajudar no combate ao desmatamento no Brasil, sem mencionar diretamente o Fundo Amazônia. O dinheiro ainda não foi arrecadado.

Fundo Amazônia

Criado há 15 anos para financiar ações contra o desmatamento e a emissão de gases de efeito estufa na Floresta Amazônica, o Fundo Amazônia é financiado por governos estrangeiros - Noruega e Alemanha são os principais doadores, e Reino Unido estuda adesão.

O fundo foi paralisado em 2019 pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Em novembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a reativação do fundo em um prazo de 60 dias.

Após a eleição de Lula, a Noruega e a Alemanha anunciaram a retomada do financiamento. Ambos os países haviam cancelado sua participação no programa também em 2019, após a vitória de Bolsonaro.

Desmatamento no 1º trimestre de Lula bate recorde no cerrado e tem segundo pior índice na Amazônia



O primeiro trimestre do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teve números de alertas de desmatamento equiparáveis aos piores índices do governo de Jair Bolsonaro (PL), que desmontou políticas ambientais e enfraqueceu a fiscalização ao longo dos quatro anos de mandato.

Segundo dados do Deter, sistema do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que reúne informações para o combate ao desmate quase em tempo real, entre janeiro e março a destruição do cerrado foi recorde, chegando a 1.375,3 km², e a da Amazônia foi a segunda mais alta da série histórica, com 844,6 km².

Os registros do Deter para o cerrado começaram em maio de 2018 e em agosto de 2015 para a Amazônia.

A área destruída nos dois biomas em 2023 equivale a quase duas vezes a cidade do Rio de Janeiro (1.200 km²).

Até então, o número mais alto para o cerrado no período tinha sido registrado em 2022, quando a área perdida ultrapassou 1.288 km². O recorde da floresta amazônica também é do ano passado, com mais de 941 km².

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente disse que, na Amazônia, houve aumento de 219% das multas por desmatamento e outras infrações contra a flora no trimestre em comparação com a média do período nos quatro anos anteriores. Em todo o Brasil, esse número ficou em 78%.

Na Amazônia Legal, também cresceram as apreensões (133%) e os termos de destruição (192%) de bens e produtos relacionados às infrações ambientais, além dos embargos de propriedades (93%).

"São medidas que descapitalizam os infratores e impedem que obtenham financiamento, além de restringir o comércio de produtos ilegais", afirma a pasta, em nota.

O Deter mapeia e emite alertas de desmate com o objetivo de orientar ações do Ibama e outros órgãos de fiscalização. Os resultados representam um alerta precoce, mas não são o dado fechado do desmatamento.

Os números oficiais são de outro sistema do Inpe, o Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), e são divulgados duas vezes ao ano.

No cerrado, o desmatamento neste ano tem se concentrado na Bahia (568 km²), no Piauí (215 km²), no Tocantins (152 km²) e no Maranhão (138 km²). Já na Amazônia, os números mais altos estão no Mato Grosso (311 km²), Amazonas (187 km²) e Pará (161 km²).

O presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Rodrigo Agostinho, diz que vários fatores que explicam os índices altos.

"A gente está com cinturão de desmatamento da ordem de milhares de quilômetros. São milhares de quilômetros de pessoas com trator de esteira derrubando floresta". Esse cinturão, diz ele, vai do Acre ao Tocantins, passando por outros estados, como Amazonas, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins.

"O segundo ponto é que algumas das ferramentas que o Ibama utilizava e vem utilizando, como por exemplo, as multas passaram por um processo de descrédito", afirma.

Segundo ele, entre as medidas já tomadas pelo órgão estão o fortalecimento institucional do Ibama, o embargo de áreas de desmate ilegal para que os proprietários não consigam financiamento e reestruturação da equipe.

"Nós acreditamos que estamos no caminho certo. Mas todas essas ações de fato ainda são insuficientes. Enquanto isso tudo não ganhar escala, ainda é insuficiente", afirma.

Um dos pontos que dificulta a expansão das atividades de fiscalização é a falta de pessoal. Agostinho explica que hoje o Ibama só tem cerca de 300 fiscais em campo — mais 400 trabalham em escritório. "Nós já tivemos, no país, quase 2.000 fiscais", afirma.

Os profissionais que vão a campo precisam fiscalizar não só o desmate, mas também outros crimes ambientais, como a pesca ilegal e o contrabando de agrotóxicos na fronteira.

"O número de fiscais do Ibama teria mais do que dobrar. É muito importante e urgente o governo providenciar um concurso público para isso porque, no caso da fiscalização, a equipe selecionada ainda tem que ser treinada [após a admissão]", analisa Suely Araújo, especialista em políticas públicas do Observatório do Clima.

Ela afirma que as ações de fiscalização foram retomadas e aponta outras medidas do governo que auxiliam no combate ao desmatamento, como o reestabelecimento do PPDCDam (Plano de Ação para a Prevenção e Combate ao Desmatamento da Amazônia) e dos conselhos deliberativos do Fundo Amazônia.

A especialista cita também a alteração de decretos da gestão Bolsonaro que facilitavam o atraso nos processos e a prescrição de multas ambientais.

Araújo aponta, ainda, que a reversão da explosão do desmatamento no governo anterior é uma missão demorada. "O que ocorreu foi a elevação do patamar [de destruição] e o aumento do desmate em todos os biomas", diz.

"Isso gera um ciclo de expansão que não termina de um dia para o outro. Não seria nos primeiros três meses de governo que [essa reversão] seria evidenciada porque você tinha todas as forças caminhando para impulsionar o desmatamento, não para controlar".

Por causa da chuva, que dificulta o desmate, o início do ano geralmente tem índices mais baixos do que os outros meses.

"Os próximos meses são decisivos para o desmatamento e para as queimadas, já que o que define as queimadas é também o quanto de área desmatada ocorreu", explica Ane Alencar, diretora de ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e coordenadora das áreas de Cerrado e Fogo da rede Mapbiomas.

As informações do Deter são colhidas por satélite e o sistema detecta apenas alterações na cobertura florestal maiores do que três hectares. Devido à cobertura de nuvens —maior em períodos chuvosos—, nem todas as cicatrizes de desmate são identificadas.

No cerrado, a cobertura de nuvens no primeiro trimestre deste ano ficou na média de 31%, a maior já registrada no bioma. Já na Amazônia o índice ficou em 26%, em média, abaixo do registrado em 2021 (43%), 2018 (41%) e 2022 (36%).

Alencar explica que duas diferenças são importantes na comparação entre os dois biomas acompanhados pelo Deter: o tamanho de cada área com alerta de desmatamento, que é maior no cerrado, e a porcentagem de desmate permitido pelo código florestal em cada um deles.

Enquanto em regiões de floresta amazônica só é possível desmatar legalmente 20% da propriedade, no cerrado esse número sobe para 80% (ou 65%, se estiver dentro de algum estado da Amazônia Legal).

A destruição do cerrado tem um impacto na hidrologia de todo o país, já que ele abastece seis das oito grandes bacias hidrográficas do Brasil.

Está previsto para segunda-feira (10), o lançamento da nova versão do PPCDAm para consulta pública, marcando os primeiros 100 dias de governo Lula.

O PPCDam é o principal plano do governo para combater o desmate e seu restabelecimento foi anunciado pelo presidente no dia da posse, depois de sua implementação ter sido abandonada por Bolsonaro. Na sequência, devem ser criados planos de combate à destruição para outros biomas brasileiros.

A iniciativa é da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, que foi a responsável pela criação da primeira versão do PPCDam, em 2004. O projeto foi considerado a primeira política nacional a impactar as **emissões de gases de efeito estufa, que, no Brasil, vêm na maior parte do desmatamento.**

Debate sobre preço da energia marca 50 anos do tratado de Itaipu



○ aniversário de 50 anos da assinatura do tratado entre Brasil e Paraguai para a construção e a operação da usina binacional de Itaipu, no Rio Paraná, nesta quarta-feira (24), marca dois momentos históricos, afirmam especialistas.

Olhando para trás, o tratado referenda o que setor de energia qualifica como triunfo da "engenharia diplomática". Olhando para frente, marca outra negociação, a do início da revisão das bases financeiras da usina e, consequentemente, do preço da energia.

○ tratado tem 25 artigos e conta com três anexos que detalham questões específicas. O anexo A traz o estatuto da entidade binacional Itaipu. O anexo B trata das instalações destinadas à produção de energia. O anexo C traz as bases financeiras e de prestação dos serviços.

Foi acordado entre as partes que o anexo C pode ser revisto quando a dívida for quitada, o que ocorreu em fevereiro deste ano. Como o Brasil acaba de empossar um novo governo e o Paraguai define o novo presidente em 30 de abril, a negociação histórica tende a ficar para o segundo semestre. Porém, já é identificada como sensível.

"Itaipu é uma empresa extraordinária que tem três compromissos importantes: os consumidores, a relação bilateral com o Paraguai e os interesses regionais no Paraná. Porém, é o consumidor que paga por tudo. A negociação do anexo C precisa manter o equilíbrio desses três pilares, mas sempre respeitando o consumidor", afirma Celso Torino, que foi diretor técnico executivo de Itaipu e é vice-presidente da Cier (Comissão de Integração Energética Regional), organização que reúne representantes da área de energia nas Américas do Sul e Central, além do Caribe.

Segundo o Instituto Acende Brasil, como os sócios têm porte e históricos muito diferentes, os números mostram que os termos do acordo exigiram mais do lado brasileiro. De acordo com uma lei que também faz 50 anos em 5 julho de 1973, consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são obrigados a pagar pela energia de Itaipu.

Levantamento da entidade mostra que, de 1985 a 2021, data do último balanço da empresa, o Brasil pagou US\$ 83,2 bilhões (R\$ 420,9 bilhões) a Itaipu. O Paraguai, por sua vez, recebeu lucros de US\$ 5,9 bilhões (R\$ 29,8 bilhões).

"Poucas pessoas se dão conta disso", diz Claudio Sales, presidente do Acende Brasil. "A combinação do que o Paraguai recebe de royalties, remuneração de capital e ressarcimentos dá um volume de dinheiro que é mais do que suficiente para ele pagar pela energia de Itaipu."

Há outras razões para explicar a diferença. O financiamento para obra da usina foi um project finance, modalidade em que a dívida é quitada por meio do fluxo de caixa do próprio projeto —nesse caso, via tarifa de energia compulsória.

"No montante de recursos e no prazo, o project finance de Itaipu foi o maior do mundo", diz Altino Ventura Filho, que comandou Itaipu de 1996 a 2002. Foram US\$ 12 bilhões (R\$ 60,7 bilhões), mas por causa dos juros acumulados durante a obra, o empréstimo totalizou US\$ 19 bilhões (R\$ 96,1 bilhões).

Pelo tratado, a energia é dividida meio a meio. No entanto, o Paraguai não consome toda a sua parte, e obrigatoriamente vende para o Brasil.

No último balanço da empresa, 76% da energia de Itaipu ficou com o Brasil, e o país foi responsável por 86% das receitas da usina. Considerando todas as operações financeiras naquele ano, 98% do custo total foi arcado pelo lado brasileiro, segundo o Acende Brasil.

Há mais um diferencial. Pelo acordo, Itaipu não deve gerar lucro. O preço cobrado pela energia cobre os custos para a usina cumprir com suas obrigações para operar. Sem a dívida, que representava 64% dos custos em 2021, há excedente financeiro —e seu destino alimenta debates.

Em entrevista à Folha, o novo diretor-geral de Itaipu, Enio Verri, defendeu que parte deve permanecer com Itaipu para financiar projetos socioambientais. Verri quer estender o uso dos recursos, hoje restritos ao oeste do Paraná, para todo o estado.

Já seguindo essa estratégia, a tarifa de Itaipu caiu neste ano menos do que poderia. Diferentes estudos mostraram que, com o fim da dívida, a tarifa poderia ficar entre US\$ 10 e US\$ 12 pelo kw (R\$ 50 e R\$ 60 por kilowatt). O valor fixado foi de US\$ 16,71 (R\$ 84,5) porque cerca de US\$ 460 milhões (R\$ 2,3 bilhões) foram canalizados para projetos.

O tema gerou tanto desconforto que o Senado avalia pedir explicações à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Algo semelhante já havia sido feito com cerca de US\$ 300 milhões (R\$ 1,5 bilhão durante a gestão bolsonarista).

Entidades que representam consumidores querem que o excedente seja usado para reduzir a tarifa.

Outros segmentos querem que a energia de Itaipu possa ser negociada pelas regras do setor privado.

A Acende Brasil defende que a revisão do anexo C permita que cada país possa comercializar a sua parcela de energia internamente, por meio de leilões, nos diferentes mercados. Hoje, Itaipu abastece o chamado mercado cativo, onde se conectam essencialmente consumidores residenciais, principalmente os mais pobres, e pequenas empresas.

Linha semelhante é defendida pela Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia), que quer a energia de Itaipu no mercado livre, onde preços e prazos de fornecimento são negociados livremente entre as partes.

Passados 50 anos, é inegável, dizem historiadores, que o tratado tenha sido fundamental para o projeto que abriu caminho para a constituição da empresa Itaipu, em 17 de maio de 1974, e para construção da hidrelétrica, que começou em 1975. Mas o fim das Sete Quedas, o forte impacto ambiental, o alto custo e o porte avantajado da obra só vingaram, segundo estudiosos, porque foram encampados por presidentes de regimes de ditadura. Assinam o tratado os generais e presidentes Emílio Garrastazu Médici, do Brasil, e Alfredo Stroessner, do Paraguai.

Não por coincidência, as usinas que rivalizam com Itaipu estão na China.

O historiador Paulo Brandi, pesquisador do Centro de Memória da Eletricidade, lembra que foram necessários 20 anos de discussões técnicas sobre o aproveitamento do rio, e que os dois países só alcançaram um meio-termo em 1966, com a "Ata de Foz do Iguaçu" ou "Ata das Cataratas", que definiu as características binacionais da área.

"O tratado de Itaipu foi o início de uma nova etapa nas relações internacionais da região", diz Micael da Silva, professor de História das Relações Internacionais na Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana). "Estabeleceu uma nova política de Estado nestes 50 anos."

Brasil atinge marca de 100 mil venezuelanos interiorizados



O Brasil atingiu nos últimos dias a marca simbólica de 100 mil refugiados venezuelanos interiorizados, ou seja, realocados de Roraima, por onde costumam entrar no país, para outros estados.

A ação começou há cinco anos, quando o fluxo de venezuelanos que fogem da ditadura de Nicolás Maduro se intensificou.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social, os venezuelanos foram levados para mais de 930 cidades brasileiras, muitas vezes após receberem oportunidades de trabalho. Cerca de 40% dos interiorizados são mulheres e 39%, crianças.

No total, 425 mil venezuelanos entraram no Brasil. Grande parte foi atendida pela **Operação Acolhida**, organizada pelo Exército em Roraima para dar assistência aos refugiados.

A estratégia de interiorização e a Operação Acolhida têm apoio da Plataforma de Coordenação Interinstitucional para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), da agência da ONU para refugiados (Acnur) e Organização Internacional para as Migrações (OIM), com a participação de 55 organizações da sociedade civil e outras agências da ONU no Brasil.

"A estratégia de interiorização garante proteção e inclusão, proporcionando meios eficazes para as pessoas venezuelanas no país recomeçarem suas vidas com dignidade", diz Davide Torzilli, representante do Acnur no Brasil.

Quatro crianças são mortas em ataque a creche com machadinha em Blumenau



Um homem de 25 anos matou quatro crianças e feriu outras cinco hoje de manhã (05/04) após invadir uma creche em Blumenau (SC) com uma machadinha.

O que aconteceu

- ❑ Após cometer o crime, o agressor se apresentou à Polícia Militar e foi preso. O caso ocorreu no Cantinho Bom Pastor, uma creche privada localizada no bairro Velha, que abrigava 40 crianças no momento do ataque.
- ❑ As crianças mortas tinham entre 4 e 7 anos, segundo a Polícia Civil: dois meninos de 4 anos, um de 5 e uma menina de 7. O agressor pulou o muro e atacou as crianças com golpes na cabeça, afirmou o Corpo de Bombeiros.
- ❑ O autor do ataque sofreu um surto psicótico, de acordo com a polícia, e não tinha ligações com a creche. Ele tinha passagens pela polícia por lesão corporal, dano e porte de drogas.

- ❑ Dos cinco feridos, quatro foram levados ao Hospital Santo Antônio: duas meninas de 5 anos, um menino também de 5, e outro menino de 3. Eles passaram por cirurgia e têm estado de saúde estável, segundo o hospital.
- ❑ Uma menina de 5 anos foi socorrida pela mãe ao Hospital Santa Isabel. Segundo o prefeito de Blumenau, Mário Hildebrandt, ela teve ferimentos leves.
- ❑ As aulas na cidade foram suspensas, embora não haja mais ameaças identificadas pela polícia. A prefeitura decretou luto de três dias.
- ❑ A professora Simone Camargo, que trabalha na creche, contou que acionou os policiais e os bombeiros enquanto estava trancada numa sala.

○ que a polícia já apurou

- ❑ O agressor parou uma moto em frente à creche e invadiu o local pulando o muro com a machadinha. Ele pulou o muro também para sair e fugiu no veículo. Na sequência, se entregou à polícia.
- ❑ A Polícia Civil informou que irá extrair dados de computadores e celulares do autor do ataque. O objetivo é verificar se houve participação direta ou indireta de outras pessoas no atentado.
- ❑ A Polícia Civil tenta obter imagens de câmeras de segurança para identificar como foi a ação.

Adolescente esfaqueia três colegas em escola de Goiás



Três estudantes foram esfaqueados por um colega de 13 anos na manhã de 11 de abril em uma escola em Santa Tereza de Goiás, na região norte do estado.

O que aconteceu

- ❑ Após os ataques, o adolescente tentou atacar uma professora. Mas ela se trancou em uma sala.
- ❑ O autor do crime foi contido por um funcionário da escola. Em seguida, foi apreendido pela Polícia Militar.
- ❑ As vítimas não tiveram ferimentos graves. Elas foram socorridas e estão em estado regular. Uma delas já recebeu alta e está em casa. As informações foram confirmadas pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e pela Secretaria da Educação.
- ❑ O aluno não tem histórico de violência escolar. Ele já foi ouvido pela Polícia Civil e irá responder por ato infracional análogo a três tentativas de homicídio.

❑ Ataques a escolas no Brasil

Foi o quarto ataque a escolas nos últimos 15 dias no Brasil. Os outros casos ocorreram em São Paulo, Blumenau (SC) e Manaus (AM).

❑ Ataque a escola estadual Thomazia Montoro, Vila Sônia, zona oeste de São Paulo

No último dia 27, a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, morreu e outras quatro pessoas ficaram feridas após serem esfaqueadas por um aluno de 13 anos. O agressor, que estudava no oitavo ano na escola, foi desarmado por professoras e está internado em uma unidade da Fundação Casa.

Delegacias da mulher passam a funcionar 24 horas



As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deam) devem funcionar 24 horas por dia a partir desta terça-feira (4).

A determinação está em uma lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda (3), e publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça.

O texto esclarece que o atendimento nas delegacias deve permanecer em feriados e finais de semana.

A nova lei também prevê que o Poder Público forneça acompanhamento psicológico e jurídico à mulher vítima de violência por meio das delegacias especializadas, Defensoria Pública, SUS e juizados especializados.

O atendimento às mulheres nas delegacias deve ser realizado em salas fechadas e, preferencialmente, por policiais do sexo feminino. A regra também vale para os municípios que não possuem delegacia especializada.

Combate ao assédio sexual

Outra lei publicada no Diário Oficial de hoje (04) prevê a instituição do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual.

O programa é válido para a administração pública de todo o país, nas esferas federal, estadual e municipal e também nas companhias aprovadas que prestem serviços públicos por meio de concessão ou qualquer outro modelo similar.

O objetivo é prevenir e enfrentar casos de assédio sexual por meio da capacitação de agentes públicos e criação de campanhas educativas.

O texto diz ainda que qualquer pessoa que tenha conhecimento de caso de assédio sexual e demais crimes similares tem o dever de denunciar e colaborar com procedimentos administrativos internos e apurações externas.

Esta lei também já está em vigor a partir de hoje (04), porém a aplicação nas empresas privadas que prestam serviço ao setor público ocorrerá após a regulamentação da lei pelo órgão responsável pela concessão ou autorização.

Prioridade na oferta de empregos do Sine

Uma terceira lei publicada nesta edição do DOU dá prioridade às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar na concessão de vagas de emprego intermediadas pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine).

De acordo com a medida, 10% das vagas ofertadas estarão priorizadas para mulheres nessa condição.

“Na hipótese de não preenchimento das vagas reservadas nos termos previstos por ausência de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, as vagas remanescentes poderão ser preenchidas por mulheres e, se não houver, pelo público em geral”, determina a lei.

Veja quem pode ter cela especial após fim do benefício para ensino superior



Mesmo após o **STF derrubar o direito à prisão especial para quem tem curso superior**, na última sexta (31), algumas categorias ainda têm acesso ao benefício, segundo o código de processo penal:

- ☐ Ministros de Estado
- ☐ Senadores, deputados federais e estaduais
- ☐ Oficiais das Forças Armadas e militares estaduais
- ☐ Padres, pastores, rabinos e outros sacerdotes
- ☐ Ministros de tribunais de contas
- ☐ Delegados de polícia e guardas civis
- ☐ Magistrados, desde ministros do STF até juízes de tribunais locais
- ☐ Pessoas que já exerceram a função de jurados
- ☐ Pessoas inscritas no Livro de Mérito, honraria criada em 1939
- ☐ Advogados, que têm direito a sala do Estado Maior segundo lei de 1994

○ que aconteceu

- ❑ O benefício de cela especial aos graduados no ensino superior, independentemente da categoria profissional, valia enquanto a sentença ainda não fosse definitiva.
- ❑ O privilégio foi extinto pelo Supremo por unanimidade, em julgamento virtual na sexta-feira, atendendo a um pedido feito pela PGR (Procuradoria-geral da República) em 2015.
- ❑ A partir de agora, pessoas com grau superior que estejam em prisões preventivas deverão ser encaminhadas a celas comuns.
- ❑ O relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, afirmou em seu voto que é "inaceitável" a ideia de que o curso superior garanta tratamento especial por parte do Estado.
- ❑ Advogados mantiveram o direito à cela especial por causa do Estatuto da Advocacia.

Thiago Brennand chega ao Brasil depois de 6 meses foragido



O empresário Thiago Brennand, 43 anos, chegou ao Brasil por volta das 18h deste sábado (29.abr.2023). Desembarcou no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

Segundo o diretor da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal, na sigla do inglês) em São Paulo, Brennand será levado para Superintendência da PF (Polícia Federal) da cidade, onde passará por exame de corpo de delito e ficará detido nesta noite.

Informou também que o empresário segue para o Rio de Janeiro no domingo (30.abr). Logo pela manhã, passará por audiência de custódia, de acordo com o diretor da Interpol.

O empresário estava preso desde 17 de abril em Abu Dhabi, capital dos Emirados Árabes, sob acusação de estupro, agressão, cárcere privado e violência.

Thiago Brennand tem 4 pedidos de prisão expedidos pela Justiça de São Paulo. Ele era considerado foragido há 6 meses.

Entenda o caso

O empresário é acusado dos seguintes crimes:

- ❑ estupro da estudante de medicina Stefanie Cohen em um hotel na capital de São Paulo, em outubro de 2021;
- ❑ agressão contra a modelo Alliny Helena Gomes depois de uma discussão em academia na zona norte de SP;
- ❑ corrupção de menores por incentivar o filho menor de idade a ofender Alliny Helena;
- ❑ cárcere privado de uma mulher que diz ter sido obrigada a tatuar as iniciais do nome do empresário em seu corpo; estupro de uma mulher em Porto Feliz, município do interior de SP.

Em um vídeo gravado e divulgado em 6 de março deste ano, Brennand diz que não estuprou ninguém e afirmou que se entregaria à polícia.

“Vou me apresentar. Provavelmente, vão me prender injustamente”, disse o empresário, que teve o nome incluído na lista de difusão da Interpol.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu a extradição, mas negou que o assunto tenha sido tratado durante seu encontro com o presidente Mohammed bin Zayed al-Nahyan.

Por que o Telegram foi bloqueado no Brasil? Entenda crise com Justiça



O Telegram segue fora do ar após ter sido bloqueado na tarde de quarta-feira (26) por uma **determinação da Justiça Federal do Espírito Santo**.

Até as 14h20 desta sexta-feira (28), o serviço continuava fora do ar, segundo testes de Byte.

Entenda porque o Telegram foi suspenso no Brasil

A Justiça Federal do Espírito Santo determinou em 19 de abril que o app entregasse dados de grupos e usuários suspeitos de planejar ataques em escolas;

Segundo a Polícia Federal, o Telegram se recusou a fornecer informações;

Na quarta-feira (26), a Justiça Federal do Espírito Santo afirmou que o aplicativo cumpriu apenas parcialmente a ordem judicial, fornecendo as informações do administrador, mas não de todos os usuários dos grupos;

Uma nova decisão determinou a suspensão temporária do Telegram no Brasil e o aumento da multa de R\$ 100 mil para R\$ 1 milhão por cada dia de atraso no cumprimento da decisão, ou 5% do faturamento da empresa no Brasil em 2022;

Na quinta-feira (27), o CEO do Telegram, Pavel Durov, afirmou em seu canal na plataforma que trabalhava para "preservar a privacidade e a liberdade de expressão" e que o pedido das autoridades brasileiras é "tecnologicamente impossível" de ser atendido.

Detalhes do caso

No dia 19 de abril, a Justiça Federal do Espírito Santo determinou que o Telegram entregasse dados de grupos e usuários suspeitos de planejar ataques em escolas em um prazo de 24 horas, pedido feito pela Polícia Federal.

Na sexta-feira (21), a plataforma forneceu apenas informações do administrador do chat e alegou que era impossível fornecer informações de todos os usuários, pois o chat já havia sido excluído.

A Justiça considerou a justificativa da empresa insuficiente e, por isso, determinou a suspensão temporária do Telegram no Brasil e multa de R\$ 1 milhão por dia de atraso no cumprimento da decisão, ou 5% do faturamento da empresa no Brasil em 2022, o que for menor.

A decisão ocorreu em meio a uma série de investigações após ataques a escolas em São Paulo e Santa Catarina. Após os atentados, o Ministério da Justiça ordenou a retirada de quase 800 perfis nas redes sociais por incentivar a violência.

Telegram quer preservar privacidade, diz CEO

O criador e CEO do Telegram, Pavel Durov, postou em seu canal no aplicativo que a plataforma tem como missão "preservar a privacidade e a liberdade de expressão" e que o pedido da PF é "tecnologicamente impossível" de ser atendido.

Durov citou ainda casos de outros países que bloquearam o Telegram e disse que, em algumas situações, quando a justiça impõe "requerimentos tecnologicamente inalcançáveis", o mensageiro abandonou suas operações por lá.

Histórico

Esta não é a primeira vez que o Telegram tem problemas com a Justiça no Brasil. Desde 2021, por diversas vezes autoridades denunciaram inação por parte mensageiro em medidas de combate às fake news no contexto das eleições de 2022.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até considerou banir o app no Brasil, mas uma parceria firmada entre a Corte e o Telegram para barrar fake news acalmou a situação.

As falhas do Telegram, segundo especialistas

- ☐ Regras de comunidade escassas e/ou imprecisas;
- ☐ Poucas atitudes de moderação adotadas pela empresa para a suspensão de conteúdo;
- ☐ Sede no exterior, o que dificulta o contato com representantes;
- ☐ Resistência a entregar dados às autoridades;
- ☐ Possibilidade de listas de transmissão e grupos com centenas de milhares de pessoas.

MEC decide suspender cronograma de implementação do Novo Ensino Médio



O ministro da Educação, Camilo Santana, afirmou nesta terça-feira (4) que decidiu suspender o cronograma de implementação do Novo Ensino Médio.

Camilo fez o anúncio durante entrevista em Brasília. Ele afirmou que vai assinar nesta terça uma portaria prevendo a suspensão.

"Hoje estou assinando uma portaria – já na segunda-feira eu tinha anunciado na imprensa em entrevista que dei – que nós vamos suspender a portaria 521, que aplica o cronograma de aplicação do Novo Ensino Médio", afirmou o ministro.

"Principalmente, por causa do Enem. Porque o Novo Ensino Médio previa que em 2024 nós tivéssemos um novo Enem. Como há ainda esse novo processo de discussão, nós vamos suspender essa portaria para que, a partir dessa finalização dessa discussão, a gente possa tomar as decisões em relação ao Ensino Médio", completou Camilo Santana.

A portaria 521 de 13 de julho de 2021, que será suspensa, foi publicada no governo Jair Bolsonaro e estabelece prazos para que políticas nacionais (como a de distribuição de livros didáticos a escolas públicas) e avaliações, como o Enem e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sejam modificadas pelas diretrizes do Novo Ensino Médio.

Na avaliação do titular do MEC, não houve um debate aprofundado sobre a implementação do Novo Ensino Médio e a gestão anterior da pasta foi "omissa" em relação ao tema.

Camilo Santana ressaltou que a medida anunciada nesta terça não interfere no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano. Ele também afirmou que as escolas que começaram a implementar o Novo Ensino Médio vão continuar com o processo.

"Nós vamos apenas suspender as questões que vão definir um novo Enem em 2024 por 60 dias. E vamos ampliar a discussão. O ideal é que, num processo democrático, a gente possa escutar a todos. Principalmente, quem tá lá na ponta, que são os alunos, os professores e aqueles que executam a política, que são os estados", declarou o ministro.

O Novo Ensino Médio

Proposto pelo ex-presidente Michel Temer, o Novo Ensino Médio foi aprovado pelo Congresso em 2017.

É um novo modelo obrigatório a ser seguido no ensino médio por todas as escolas do país, públicas e privadas.

A lei estipula aumento progressivo da carga horária. Antes, no modelo anterior, eram, no mínimo, 800 horas-aula por ano (total de 2.400 no ensino médio inteiro). No novo modelo, a carga deve chegar a 3.000 horas ao final dos três anos.

Desde 2022, as disciplinas tradicionais passaram a ser agrupadas em áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).

A partir deste ano, cada estudante passou a poder montar seu próprio ensino médio, escolhendo as áreas (os chamados "itinerários formativos") nas quais se aprofundará.

Constituição Federal ganhará versão em língua indígena



A Constituição Federal ganhará uma versão em **nheengatu, língua geral amazônica, originária do tupi**. O trabalho da tradução será realizado por tradutores indígenas, coordenados pelos professores Marco Lucchesi, da Biblioteca Nacional, e José Ribamar Bessa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A iniciativa é do Supremo Tribunal Federal. Em sessão plenária na quarta-feira (19), a presidente da Corte, ministra Rosa Weber, anunciou o projeto e destacou que mais de 256 etnias integram a diversidade cultural nacional.

"É uma das riquezas do Brasil, com suas tradições, línguas, saberes que merecem todo o nosso respeito e admiração", disse.

O que é o prêmio Camões, que será entregue com atraso a Chico Buarque após recusa de Bolsonaro



Depois de quatro anos de espera, o **cantor, compositor e escritor Chico Buarque, de 78 anos**, vai finalmente receber nesta segunda-feira (24) em Sintra, Portugal, o **prêmio Camões, o mais importante da literatura de língua portuguesa**.

Um dos motivos da demora se deveu à recusa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em assinar a documentação necessária para que o artista **recebesse o diploma**, segundo explicou à BBC News Brasil o ministro da Cultura de Portugal, Pedro Adão e Silva. **A entrega também ficou prejudicada pelo confinamento imposto pela pandemia de covid-19.**

Como resultado, todos os vencedores do prêmio — quatro no total, incluindo Buarque — ainda não o receberam.

Chico Buarque estreou como escritor de ficção em 1974, com a novela "Fazenda Modelo". Em 1979, publicou o livro infantil "Chapeuzinho Amarelo". Seu primeiro romance, "Estorvo", foi lançado em 1991. Quatro anos depois, publicou o segundo, "Benjamin". Em 2003, lançou "Budapeste"; em 2009, "Leite Derramado" e em 2014, "Irmão Alemão". Ele escreveu as peças de teatro "Roda Viva" (1968); "Calabar" (1972); "Gota D'Água" (1974), e "Ópera do Malandro" (1978).

O prêmio Camões foi criado em 1988 "com o objetivo de consagrar um autor de língua portuguesa que, pelo conjunto de sua obra, tenha contribuído para o enriquecimento do patrimônio literário e cultural do idioma", segundo o Ministério da Cultura (Minc).

É considerado a mais importante premiação da língua portuguesa e contempla anualmente autores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Seu nome homenageia o poeta português Luís de Camões (1524-1580), uma das maiores figuras da literatura lusófona.

O ganhador do prêmio recebe 100 mil euros (R\$ 555 mil), sendo metade desse valor subsidiado pela Fundação Biblioteca Nacional, entidade vinculada ao Ministério da Cultura. A outra metade é paga pelo governo português.

O diploma entregue aos laureados contém o nome de todos os países lusófonos e é assinado pelos chefes de Estado de Portugal e do Brasil.

A escolha é feita por um júri de seis membros, dois do Brasil, dois de Portugal e dois escolhidos em comum acordo por outros países lusófonos (Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

O primeiro a receber o prêmio, em 1989, foi o poeta e escritor português Miguel Torga.

Desde então, outros 33 escritores foram agraciados, entre os quais 14 do Brasil, 14 de Portugal, três de Moçambique, dois de Angola e dois de Cabo Verde.

Entre os brasileiros laureados, estão Raduan Nassar (2016), Ferreira Goulart (2010), Lygia Fagundes Telles (2005) e Jorge Amado (1994).

Devido à recusa de Bolsonaro em conceder o prêmio a Buarque, os seguintes escritores ainda não puderam recebê-lo: o português Vitor Manuel de Aguiar e Silva (2020), a moçambicana Paulina Chiziane (2021) e o **brasileiro Silviano Santiago (2022)**.

Primeira mulher a publicar um romance em Moçambique, Chiziane é a primeira mulher e a primeira negra a vencer a premiação. "Niketché: Uma História de Poligamia" é um de seus romances mais famosos.

“Garota de Ipanema” é a música brasileira mais regravada na história



Toda pessoa brasileira conhece a clássica **canção bossa nova e MPB "Garota de Ipanema"**, de autoria de Tom Jobim e Vinicius de Moraes. Segundo o levantamento do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), divulgado no domingo (16), o resto do mundo também a conhece bem, mesmo que em versões diferentes.

Escrita em 1962, "Garota de Ipanema" lidera o ranking das músicas brasileiras mais regravadas na história. São 442 regravações no total, cantadas por uma extensa lista de artistas mundialmente famosos como Frank Sinatra, Madonna, Tim Maia, Ella Fitzgerald, Caetano Veloso e por aí vai.

Inspirada na jornalista e ex-modelo Helô Pinheiro, a canção também já apareceu em produções do cinema e televisão inúmeras vezes. Em "The Big Bang Theory", por exemplo, a personagem Amy aparece tocando a canção em uma harpa. Já em "Os Simpsons", Homer dança ao som instrumental em um submarino.

Outras canções clássicas da música popular brasileira, “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, e “Carinhoso”, de Pixinguinha e Braguinha, dividem a segunda colocação com 430 regravações no mundo inteiro. Fechando o pódio está “Asa Branca”, de Humberto Teixeira e Gonzagão, com 382 regravações.

Tom Jobim e Vinicius de Moraes também aparecem na lista do ECAD com outras duas canções: “Eu Sei que Vou te Amar” e “Chega de Saudade”. Confira as 10 músicas brasileiras mais regravadas na história abaixo:

1. "Garota de Ipanema", de Tom Jobim e Vinicius de Moraes (442 gravações)
2. "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso – (430 gravações) e "Carinhoso", de Braguinha e Pixinguinha – (430 gravações)
3. "Asa Branca", de Humberto Teixeira e Gonzagão – 382 gravações
4. "Manhã de Carnaval", de Luiz Bonfá e Antonio Maria – (337 gravações)
5. "Eu Sei que Vou te Amar", de Tom Jobim e Vinicius de Moraes – (279 gravações)
6. "Corcovado e Wave", Tom Jobim – (261 gravações)
7. "Chega de Saudade", de Tom Jobim e Vinicius de Moraes – (257 gravações)
8. "Desafinado", de Tom Jobim e Newton Mendonça – 245 gravações
9. "As Rosas Não Falam", de Cartola – 235 gravações
10. "Está Tudo Bem", de Jessé Aguiar – 220 gravações

Heloisa Buarque de Hollanda é escolhida para Academia Brasileira de Letras



A renomada escritora e pesquisadora Heloisa Buarque de Hollanda foi escolhida nesta quinta-feira (20/4) para ocupar a trigésima cadeira da Academia Brasileira de Letras (ABL). A intelectual assume a vaga deixada por Nélida Piñon, morta em Lisboa em dezembro de 2022.

A carreira de Heloisa é marcada pela pesquisa acadêmica no campo cultural. Formada em Letras pela PUC-Rio e doutora em Literatura pela UFRJ, demonstrou interesse temático por feminismo, poesia, culturas marginalizadas e tecnologia. Sua bibliografia é marcada por títulos como 26 Poetas hoje; Macunaíma: da literatura ao cinema; O feminismo como crítica da cultura; e ENTER: antologia digital.

Hoje com 83 anos, Heloisa torna-se apenas a décima mulher a ocupar um espaço na ABL em toda a história. De 37 votos, a escritora conquistou 34, competindo com o artista Oscar Araripe, que recebeu dois. Um acadêmico votou em branco.

Ricardo Cavaliere supera Mauricio de Sousa e é eleito para a Academia Brasileira de Letras



O filólogo Ricardo Cavaliere, de 69 anos, foi eleito na tarde desta quinta-feira para a cadeira número oito da Academia Brasileira de Letras, que era a da escritora Cleonice Berardinnelli, morta em janeiro. Também concorria o cartunista e empresário Mauricio de Souza.

Cavaliere, de 69 anos, foi eleito por 35 votos a 2. Um "imortal" votou em branco. Em casa, ele comemorou o resultado da eleição. "Todos nós que temos uma trajetória de vida dedicada à pesquisa e ao ensino dentro das letras, que resultam no ingresso na Academia Brasileira de Letras, claro que nos sentimos muito felizes, realizados e dispostos a trabalhar mais ainda dentro da nossa profissão".

A candidatura para a vaga foi marcada por uma polêmica do jornalista James Akel, que também tentava ocupar a cadeira com Mauricio de Sousa. Em entrevista à "Veja", James afirmou que "gibi não é literatura". Ao g1, o cartunista disse que não ficou abalado com a crítica. "Fiquei até assustado com a dimensão que tomou pela repercussão positiva. Significa que não errei tanto", afirmou. No fim, nenhum dos dois foi eleito.

O cartunista poderá concorrer em outras oportunidades - o próprio Cavaliere participou de outra eleição.

Trajetória

Ricardo Cavaliere possui graduação em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1975), mestrado em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela UFRJ (1990), e doutorado em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas), pela UFRJ (1997). Também possui graduação em Direito pela mesma universidade (1996).

Fez estágio de pós-doutorado em História da Gramática no Brasil, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, sob supervisão do Acadêmico ocupante da Cadeira no 33, professor e filólogo, Evanildo Bechara. Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase na descrição do português e na historiografia dos estudos linguísticos. Dentre suas obras, destacam-se: "Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira" e "Pontos essenciais em fonética e fonologia". Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

O filólogo é membro da Academia Brasileira de Filologia, do Conselho Editorial da Editora Lexikon e da Editora Lucerna. Também é membro da Revista Todas as Letras e diretor da Revista Confluência.

Também possui experiência como conselheiro no Real Gabinete Português de Leitura, que lhe conferiu o título de Grande Benemérito. Foi, ainda, conselheiro do Liceu Literário Português. É membro de diversas associações nacionais e internacionais em sua área de investigação, entre elas a Sociétés de Linguistique Romane, a Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas e a Associação Brasileira de Linguística.

É autor de mais de uma centena de trabalhos acadêmicos em sua especialidade, entre eles "Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa" (2009) e "A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros" (2014). Dentre os prêmios obtidos, destacam-se a Medalha do Mérito Filológico da Academia Brasileira de Filologia (2018) e o Prêmio Celso Cunha da União Brasileira de Escritores (2015).

Aos 19 anos, Ana Castela se torna artista mais ouvida no Brasil no YouTube



A cantora Ana Castela se tornou a artista mais ouvida no Brasil no YouTube. A informação foi divulgada nesta terça-feira (4), a plataforma considera o período entre os dias 24 e 30 de março.

Conhecida por cantar sucessos como "Pipoco" e "Roça em mim", a artista de 19 anos superou Marília Mendonça, que ficou em 2º lugar no período.

Marília Mendonça era a artista mais ouvida do Brasil no YouTube desde sua morte, em novembro de 2021. Ela foi superada por apenas dois nomes: Henrique & Juliano, na semana de 30/6/2022, e por Ryan SP, durante 3 semanas entre 17/11 e 5/12/22.

Natural de Amambai, no Mato Grosso do Sul, Ana Flávia Castela começou a postar vídeos de covers no Youtube no início da pandemia e, em fevereiro de 2021, lançou "Boiadeira", parceria com Melody. **A cantora faz parte da geração do "agronejo".**

Ana Castela também já é a artista mais ouvida do Brasil no Spotify.

Pelé vira verbete do dicionário Michaelis



Edson Arantes do Nascimento recebeu nesta quarta-feira (26) mais uma homenagem póstuma. O dicionário Michaelis anunciou que transformou o apelido do Rei do Futebol, Pelé, em verbete de sua versão digital. Posteriormente o nome do maior jogador de todos os tempos também estará nas versões físicas da obra.

Segundo o verbete, uma pessoa pode ser qualificada como Pelé quando é excepcional, incomparável, única. Quando é a melhor em alguma área.

pe.lé adj m+f sm+f Que ou aquele que é fora do comum, que ou quem em virtude de sua qualidade, valor ou superioridade não pode ser igualado a nada ou a ninguém, assim como Pelé®, apelido de Edson Arantes do Nascimento (1940-2022), considerado o maior atleta de todos os tempos; excepcional, incomparável, único. Ele é o pelé do basquete. Ela é a pelé do tênis. Ela é a pelé da dramaturgia brasileira.

A homenagem, que é fruto de uma campanha que contou com mais de 125 mil assinaturas de apoio, foi apresentada durante a edição 2023 do Sports Summit São Paulo (maior evento da indústria do esporte na América Latina).

Nome de Zilda Arns é incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria



O nome da pediatra e sanitarista Zilda Arns Neumann foi incluído no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que fica no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília. A lei foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada nesta segunda-feira (24) no Diário Oficial da União.

Nascida em 25 de agosto de 1934, em Forquilha (SC), Zilda Arns atuou para combater a desnutrição infantil e para valorizar a importância do trabalho voluntário. Indicada três vezes para o Prêmio Nobel da Paz e homenageada no Brasil e no exterior, foi uma das fundadoras da Pastoral da Criança.

Zilda trabalhou junto a comunidades e treinou voluntários para ensinar mães de crianças em situação de vulnerabilidade a usar o soro caseiro, que combate a diarreia e a desidratação. Com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), as ações alcançaram 72% do território nacional.

Outro papel decisivo de Zilda Arns no combate à mortalidade infantil foi para reverter a síndrome da morte súbita. Em 2009, uma campanha liderada pela Pastoral da Criança reforçou aos pais a necessidade de colocar o bebê para dormir de barriga para cima, já que evidências científicas apontavam que a posição seria mais segura.

Em 2004, Zilda fundou a Pastoral da Pessoa Idosa e capacitou líderes comunitários para auxiliar idosos a controlar vacinas, evitar acidentes em residências e identificar possíveis doenças físicas e emocionais. O projeto atende hoje mais de 100 mil idosos em 579 municípios do país.

Zilda Arns estava em missão de paz no Haiti, em 12 de janeiro de 2010, quando morreu, aos 75 anos, na capital Porto Príncipe. Após um forte terremoto, a brasileira acabou atingida pelos escombros no desabamento do teto de uma igreja onde fazia uma palestra.

“ET de Varginha” pode se tornar Patrimônio Cultural Imaterial em MG



A prefeitura de Varginha afirmou, na quinta-feira (30), que pretende registrar o “Caso do ET de Varginha” como Patrimônio Cultural Imaterial local.

Segundo o órgão, “o Conselho do Patrimônio Cultural de Varginha acolheu pedidos da sociedade local para abertura de estudos para embasar Dossiê de Registro municipal”.

Os episódios, que ficaram conhecidos como “Caso Varginha”, ocorreram em janeiro de 1996, e envolveram avistamentos de Objetos Voadores Não Identificados (OVNIs) e seres que não pareciam humanos ou animais. Esses acontecimentos fizeram com que o local ficasse mundialmente conhecido como “a cidade do ET”.

Ao longo dos anos, relatos por parte da população e estudos difundidos pela mídia tanto nacional quanto internacional fizeram com que a cidade se moldasse em torno do episódio.

A nota afirma que “diversas ações foram feitas no sentido da construção dessa imagem, tais como a projeção de bens arquitetônicos e mobiliários urbanos” relacionados a extraterrestres e OVNI's. Um exemplo é o Memorial do ET, inaugurado ano passado.

Um documentário norte-americano chamado “Moment of Contact” (ou “Momento do Contato – O Caso Varginha”), do cineasta James Fox, mostra que a história do avistamento de extraterrestres continua presente, e encoraja discussões e novos relatos.

Nesse contexto, o registro do caso como Patrimônio Imaterial local deve ajudar a manter a memória do acontecimento, assim como direcionar o foco para a educação patrimonial.

“O caso do ET tornou nossa cidade mundialmente conhecida. Hoje recebemos a visita de turistas de toda parte, estudiosos do caso propagam o incidente de Varginha e cabe a nós, gestores públicos, zelar por este visitante ilustre que escolheu nossa cidade para se aportar”, afirmou o prefeito Vêrdi Melo.

O caso

No dia 20 de janeiro de 1996, três meninas avistaram uma criatura estranha enquanto cortavam caminho por um terreno baldio.

O ser era baixo e franzino, com uma cabeça desproporcional ao tamanho do corpo e grandes olhos vermelhos. Assustadas, as garotas fugiram do local.

Segundo o folclore, um jovem policial achou a criatura e a pegou pelo braço, sem usar proteção, e a levou para o Hospital Regional.

Na madrugada do dia 21, o alien teria sido transferido para o Hospital Humanitas e depois, sem vida, colocado em um caminhão de transporte de tropas com destino à Escola de Sargento de Armas, em Três

Corações.

No dia 23 de janeiro, um comboio do Exército teria levado a criatura para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde seria estudada.

Por fim, no dia 7 de fevereiro, o policial que supostamente levou o alien para o hospital foi internado com fortes dores. Ele morreu dias depois.

Para os ufólogos, a causa da morte teria sido o contato com bactérias da criatura, que havia sido tocada por ele sem proteção.

As únicas fontes de informação são os relatos das pessoas da região, que foram espectadoras do episódio. Nenhuma narrativa foi confirmada pelos hospitais, Exército ou Unicamp até o momento.

Médica da Marinha é promovida e se torna 1ª almirante negra da história



A médica Maria Cecília Barbosa da Silva Conceição, 58, foi promovida pela Marinha ao posto de almirante, tornando-se a primeira mulher negra a alcançar o posto na história da Força.

A promoção foi definida em fevereiro pelo almirantado, e a nomeação foi confirmada na última semana.

Com 28 anos de Marinha, ela participou nesta terça-feira (4) da cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cumprimentou os oficiais-generais recém-promovidos, no Palácio do Planalto.

"Eu estou bastante feliz, me sinto recompensada. Nossa carreira na Marinha do Brasil é cercada de momentos difíceis, momentos bons, e a instituição abre essa oportunidade para que as oficiais alcancem, por mérito próprio, postos mais elevados durante a carreira. Me sinto recompensada e feliz por estar fazendo parte do grupo de almirantes da Marinha", disse Maria Cecília à Folha.

Com a promoção, a almirante ocupará o cargo de diretora do Departamento de Saúde e Assistência Social da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais do Ministério da Defesa.

"Acho que isso [promoção] tem que ser um estímulo para que mais mulheres entrem nas Forças Armadas porque ela pode atingir até o posto mais alto. As mulheres só começaram a ingressar na Marinha em 1981 e, a partir de agora, deve se tornar cada vez mais natural que nós consigamos atingir os altos níveis, estes postos de almirante", disse.

Antes de Maria Cecília, somente duas outras mulheres haviam alcançado o posto de almirante —a cúpula da Marinha. A primeira foi a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, em 2012. Ela entrou na Marinha em 1981, ano que a Força permitiu o ingresso de mulheres.

Em 2018, a Marinha promoveu ao posto de contra-almirante a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni.

"Agora foi a minha vez. Acredito que daqui para frente outras almirantes vão surgir porque nos quadros já entram grande número de mulheres", concluiu Maria Cecília.

A Marinha e a Aeronáutica já promoveram mulheres aos cargos de oficiais-generais na última década. O Exército foi o último a permitir que mulheres participassem de cursos preparatórios para o generalato, e a previsão é que as primeiras a chegarem ao posto alcancem o posto em 2027.

Para chegar ao cargo de general quatro estrelas, o mais alto da carreira, o militar precisa entrar no Exército pela Aman (Academia Militar das Agulhas Negras). A primeira turma com mulheres só finalizou o curso em 2021, após 210 anos de história da instituição.

A cerimônia de cumprimento dos oficiais-generais recém-promovidos foi realizada nesta terça no contexto em que as Forças Armadas e o presidente Lula ensaiam uma reaproximação, após período conturbado em que os militares misturaram-se à política na esteira do bolsonarismo.

O evento, no Palácio do Planalto, é o primeiro de uma série que o Exército prepara para este mês, com a expectativa de que Lula participe de alguns deles.

Em 19 de abril, Dia do Exército, o presidente deve participar da comemoração da data; um almoço entre o mandatário e os generais do Alto Comando da Força também deve ser realizado neste mês.

No período da transição de governo havia receio entre militares de que Lula pudesse encampar a ideia que cresceu no PT, em 2016, de alterar os critérios de promoção de oficiais.

Lula, porém, emitiu um recado por meio de interlocutores de que queria somente despolitizar as Forças Armadas e buscar aproximação por meio do aumento no investimento dos projetos estratégicos de defesa.



Estratégia
Concursos



GRATIDÃO!



Estratégia
Concursos